

Organização Mundial do Comércio

Oportunidades e desafios para o Brasil

Guilherme A. da Costa Júnior*

A ORGANIZAÇÃO Mundial do Comércio (OMC) é a única organização internacional que estabelece as normas reguladoras do comércio internacional entre os países. A instituição está fundamentada sobre seus pilares básicos, quais sejam os Acordos da OMC, negociados e assinados pela grande maioria dos países participantes do comércio global, além de ratificados pelos seus respectivos parlamentos. O objetivo da Organização, por meio dos seus Acordos, é o de apoiar os produtores de bens e serviços, assim como os exportadores e importadores no desenvolvimento das suas atividades. E dentre elas destacam-se de forma substantiva aquelas relacionadas ao agronegócio.

A OMC foi instituída como consequência de negociações, e tudo o que desenvolve e obtém como resultado origina-se de negociações. Este trabalho, na sua maioria, provém das negociações mantidas no período 1986-1994, durante a Rodada Uruguai e daquelas anteriores no marco do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Desde 2001, um novo marco nas negociações foi instituído por meio do Programa de Doha para o Desenvolvimento. Destaca-se a atuação marcante do Brasil em todos os períodos mencionados, por meio dos trabalhos desenvolvidos pelos negociadores do Ministério das Relações Exteriores (MRE), apoiados pelos profissionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) quando da ocorrência de negociações em agricultura. Sublinho o atual momento no qual os temas agrícolas têm destaque especial no âmbito da OMC.

Pode-se dizer, fundamentalmente, que a OMC é a organização à qual os membros recorrem para a resolução de problemas comerciais uns com os outros. Nesse contexto, entendo como importante termos uma visão um pouco mais detalhada

da instituição, considerando o fato de justamente nos diferentes Comitês, Grupos Negociadores, Processos da OMC, efetivamente, serem identificados as oportunidades e os desafios negociadores de interesse para o agronegócio brasileiro e nos quais estamos atuando de forma direta e/ou indireta.

Comitê de Agricultura (COA) – Um dos Comitês de maior interesse para o Brasil, ocupa-se dos trabalhos de supervisão da aplicação do Acordo de Agricultura e remete-se ao Conselho do Comércio de Bens. Durante as reuniões do Comitê, realiza-se um amplo exercício de transparência sobre os três pilares básicos do Acordo: acesso a mercados, apoio interno e competição em exportações. A avaliação prévia das notificações dos países sobre estas matérias é atividade relevante para a formulação de questões que devem ser postas durante as reuniões do Comitê, assim como a elaboração de respostas a possíveis questionamentos feitos ao Brasil sobre os programas implementados e correlacionados às matérias acima mencionadas. Ademais da atuação durante as reuniões do Comitê, a coordenação de ações com a área específica do Mapa para municiar a preparação das posições brasileiras, ofensivas ou defensivas, é atividade relevante para este fórum. O acompanhamento do posicionamento de outros países a respeito de temas de interesse do Brasil durante atividades de rotina (a exemplo de Reuniões de Grupos como Cairns e G-20) também é importante para a busca de apoios aos interesses brasileiros.

Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (MSF/SPS) – Este fórum tem por responsabilidade monitorar a efetiva implementação do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias. Da mesma forma que para o COA, a contínua análise das notificações dos países sobre suas medidas sanitárias e fitossanitárias é

atividade relevante, no sentido de se tentar trabalhar de forma preventiva sobre o estabelecimento de possíveis barreiras não tarifárias correlacionadas a aspectos de inocuidade alimentar, saúde animal e sanidade vegetal. A Comissão do Codex Alimentarius (CAC), a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e a Convenção Internacional sobre Proteção Vegetal são as três organizações internacionais de referência, reconhecidas pelo Acordo SPS para, respectivamente, normalizarem os aspectos anteriores mencionados. Uma modulada e permanente coordenação entre Genebra, o Mapa e o Itamaraty, por meio de informações do andamento das negociações bilaterais mais relevantes entre o Brasil e os seus parceiros comerciais quanto ao comércio dos produtos agropecuários, é, da mesma forma, atividade de destaque no contexto das questões SPS. Desta forma, instrumentos disponibilizados pelo Comitê, como as Preocupações Comerciais Específicas (PCE), podem ser utilizados, no sentido de se “multilateralizar” questões muitas vezes longamente negociadas bilateralmente, sem resultados significativos. Esta “multilateralização” causa constrangimento ao membro que está impondo determinada barreira, normalmente influenciando positivamente no processo negociador. Negociações prévias em Genebra para a consolidação de posições de suporte às brasileiras também são relevantes no contexto do Comitê, a exemplo do apoio incontestado recebido pela delegação do Brasil, quando da última reunião do Comitê SPS realizada no fim de março deste ano, sobre o Monitoramento do Uso de Normas Internacionais, mais especificamente a Preservação de Princípios Científicos pelo Codex sobre a questão da aprovação dos Limites Máximos de Resíduos para Ractopamina.

Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) – Tem como função mo-

nitorar o uso de normas e regulamentos técnicos estabelecidos pelos membros sobre produtos, incluídos os agropecuários, com base no Acordo TBT. Também como exercício de transparência e oportunidade de se levar para o âmbito multilateral questões sem soluções concretas na área bilateral, o Comitê permite a utilização de PCE. Sistemática semelhante de contínua avaliação das notificações dos outros países, bem como de coordenação permanente com o Mapa e o MRE caracterizam atividades relevantes no sentido de se prevenirem futuras barreiras ao comércio de produtos brasileiros.

Exames de Políticas Comerciais (Trade Policy Reviews) – Os diferentes atores que desenvolvem atividades comerciais devem estar informados, na medida do possível, das condições estabelecidas para o comércio. Por conseguinte, é de fundamental importância ter regras e políticas transparentes. Na OMC, estes objetivos são atingidos de duas formas: os governos devem informar à OMC e aos demais membros, mediante o processo de notificação periódica de toda medida, política ou legislação específica; e a OMC realiza exames periódicos das políticas comerciais dos distintos membros. Estes exames formam parte do que foi negociado na Rodada Uruguai. Basicamente, foram uns dos primeiros resultados das negociações. O processo de verificação das políticas comerciais nacionais constitui uma atividade de importância fundamental no contexto do trabalho da OMC. Todos os membros da OMC são submetidos a este exame. Entretanto, a frequência para o referido exame varia de país para país, dependendo do nível de participação de cada um deles no comércio mundial. Este processo igualmente proporciona um momento negociador diferenciado, pois nele os membros têm a possibilidade de elaborarem perguntas

com base na documentação apresentada pelo país examinado, pelo Secretariado da OMC e na relação bilateral que existe entre este país e cada um dos membros. É outro momento no qual deve-se, muitas das vezes, “multilateralizar” negociações bilaterais que não estão proporcionando os resultados esperados, em função, por exemplo, de barreiras criadas pelo membro examinado.

Processos de Acesso – Todo Estado ou território aduaneiro que possua plena autonomia na aplicação das suas políticas comerciais pode aceder à OMC. Para isto, os membros da OMC devem estar de acordo com as condições da acesso. Nesse contexto, estabelece-se um grupo de trabalho integrado por membros da OMC e se desenvolve todo um processo de negociação. Tem-se, portanto, dentre os trabalhos desenvolvidos pela OMC, mais um momento negociador importante quando um determinado país está tentando aceder à organização. Várias rodadas de negociações plurilaterais e multilaterais são realizadas, no sentido de se avaliarem as condições apresentadas pelo país interessado, quando comparadas com as Normas da OMC. Também ocorrem negociações bilaterais entre o país postulante com os diferentes membros da instituição que com ele mantém ou pretendem manter fluxo de comércio bilateral. O Brasil tem aproveitado estes momentos negociadores com muita competência, sempre buscando o alcance dos objetivos comerciais de interesse do nosso país. No segundo relatório anual sobre as acessões, publicado em 8 de dezembro de 2010, o Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, mencionou ter o valor do comércio de bens e serviços dos membros de recente acesso à organização crescido de forma mais rápida, quando comparado com a média mundial. Sublinhou como positivas as perspectivas para 2011, pois

várias negociações de acesso estão prontas para serem concluídas.

Diversos outros fóruns na OMC proporcionam momentos negociadores importantes para os interesses do nosso agronegócio. O acompanhamento destas atividades, bem como a coordenação com o Mapa e o MRE, no sentido de identificar interesses brasileiros nas negociações bilaterais, são relevantes nos trabalhos em Genebra.

Julgo importante destacar o excelente trabalho do Brasil no âmbito do Órgão de Solução de Controvérsias, no qual os exemplos da vitória contra os Estados Unidos na questão do algodão americano *upland* (DS 267) e, mais recentemente, o relatório final do painel que examinou a legalidade de medidas *antidumping*, aplicadas pelo mesmo país sobre a importação de suco de laranja brasileiro, são resultados emblemáticos para o setor agrícola.

Finalmente, o acompanhamento da retomada e a participação na intensificação dos trabalhos voltados à Rodada Doha, a partir de definições estabelecidas pelo Trade Negotiation Committee (TNC), com base em sinalizações políticas feitas principalmente no fim do ano passado, para a conclusão da Rodada até o final em 2011.

Desde o início da negociação, a área de agricultura vem sendo considerada o motor da Rodada Doha, e todo o esforço negociador está sendo adotado no sentido de melhorar o setor agrícola.

Entretanto observam-se, neste primeiro trimestre de 2011, desafios significativos para a discussão horizontal em acesso a mercados, no sentido de se atender, de forma equilibrada, aos interesses brasileiros. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não das instituições que representa.

*Adido Agrícola em Genebra